

Plano Regional de Cultura: diretrizes básicas para pensar e fazer cultura no Alto Vale do Itajaí/SC.

Introdução

Este texto, tem por objetivo a construção de um Plano Regional de Cultura (PRC), tomando por base a região do Alto Vale do Itajaí/SC, região esta que é composta por 28 municípios e que conversam entre si através de suas aproximações e diferenças, sobretudo, devido à alta diversidade de bens e características contidas no território. Tal proposta não visa uma uniformização dos modos culturais, mas sim, um aprendizado para que se trabalhe melhor com as tantas nuances oferecidas, promovendo desta forma, maior engajamento social, oportunidade de conhecimento e reflexão, especialmente naquilo que tange as construções culturais e sua aproximação com um pensamento totalizante de cultura, que deve ser constantemente debatido.

Neste sentido, o PRC funcionará como um instrumento de planejamento e gestão, orientando e promovendo o desenvolvimento cultural da região, o Alto Vale do Itajaí. Este plano estabelece diretrizes, metas, ações e estratégias para o fomento, proteção, valorização e democratização das práticas culturais locais, visando fortalecer e promover a diversidade cultural, a participação social e o acesso aos bens e manifestações culturais.

Ainda cabe ressaltar, que este foi organizado pela Assessoria de Turismo e Cultura da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), em conjunto de uma Comissão formada a partir de 3 (três) membros de seu Colegiado de Cultura (ColCultura), onde cito: Dirceu Leite (Ibirama), Leonardo Hermes Lemos (Taió) e Rodrigo Pedrozo (Rio do Sul); contando também, com o técnico em cultura da AMAVI, Pablo Rodrigues Dobke, que foi o responsável pela redação deste documento.

No que toca a mencionada Assessoria de Turismo e Cultura da AMAVI, seu principal objetivo é o de assessorar os Municípios no planejamento, organização e direcionamento de ações de incentivo à implementação e fomento do turismo e da cultura em âmbito regional, valorizando e protegendo a diversidade de recursos e potencialidades disponíveis nos Municípios.

Breve contexto histórico do Alto Vale do Itajaí.

Impossível de traçar nessas breves linhas uma grande história regional acerca do Alto Vale do Itajaí, especialmente, por essa história vir de tempos imemoriais e sofrer sistematicamente um apagamento desde o início da colonização europeia no local. No entanto, traremos aqui algumas bases historiográficas para que se pense a História (sim, com “H” maiúsculo, pensada como ciência e não como mera objetificação do passado), em sua forma ampla, demonstrando como diferentes processos e construções ajudaram a conformar uma narrativa cultural que é replicada, propagada e pouco debatida, pouco problematizada.

Como é sabido, a região do Alto Vale do Itajaí era povoada por diversos grupos indígenas, sobretudo, pelas etnias Laklãnõ Xokleng, Kaingang e Guarani, sendo estes últimos em menor número. Estes povos, ainda hoje habitantes da região, possuem suas terras na parte Norte do Alto Vale, especialmente, entre os Municípios de Vitor Meireles e José Boiteux. Como também se sabe, essas populações foram ordenadamente caçadas durante parte dos Séculos XIX e XX, em nome de um processo dito “civilizatório”, que enxergava tais populações como “selvagens”, produzindo assim, assassinatos em massa em prol da colonização.

Nesta parte é que entram os famosos “bugreiros”, que tinham por missão justamente o assassinato das populações autóctones. Este processo de genocídio não só era permitido pelas esferas governamentais, como também recebia seu financiamento, fazendo da morte dessas populações um projeto de Estado, que tinha por objetivo o “povoamento” de certos territórios.

Este processo, ajudou a consolidar a narrativa de que o imigrante, dito pioneiro, seria o “bom”, enquanto as populações indígenas locais, eram tratadas como pessoas de índole vil e desalmada, e que neste sentido, mereciam a morte ou o aprisionamento, isto é, um tratamento desumanizado.

Essa imigração, promovida pelo Império, teve como base de empreitada diversas companhias colonizadoras, sendo a Sociedade Colonizadora Hanseática a responsável pela região do Alto Vale, iniciando suas atividades ao ano de 1897. A partir desse ponto, se deu um processo de “povoamento rural disperso onde cada linha colonial tornou-se

ponto de referência comunitária” (SEYFERTH, p. 3, 2005). Talvez, resida aí o modelo geográfico-espacial que se sustenta até os dias atuais, onde pequenos municípios caracterizam a região.

Não nos cabe aqui julgar tais ações elencadas acima, pois cada período histórico é dotado de motivações, com características próprias, produzindo assim, seu próprio espírito. No entanto, nos cabe sim uma reflexão acerca deste processo, não atrás de uma culpabilização ou redenção, mas sim com o objetivo de compreender as relações sociais que se deram e ainda ecoam em nossa região.

Passado o período de reocupação e colonização do espaço tido como rural, através de um processo imigratório, o princípio do século XX traz uma outra nuance à região do Vale do Itajaí em sua totalidade, onde a industrialização das cidades passa a atrair além de outras nacionalidades de imigrantes e migrantes provenientes de outros estados brasileiros, mas também, pessoas desafortunadas nas lides rurais e que buscavam no meio urbano, um modo de sobrevivência.

De acordo com Seyferth (2005), essa população advinda do campo, em sua maioria descendentes dos primeiros imigrantes, chegava às cidades (especialmente Rio do Sul, mas também, Blumenau, Brusque e até mesmo Itajaí), em busca de emprego nas incipientes indústrias. Esse êxodo, de acordo com a autora, se deu sobretudo, por dois principais motivos: desinteresse no trabalho agrícola e herança única ao primogênito, deixando assim, desamparada o restante da prole.

Esta outra via de ocupação espacial, ocasionou um ambiente mais diverso e heterogêneo nas cidades, mesmo que algumas destas o preferiam apagar em virtude de uma construção histórica colonial europeia e mais homogênea, criando assim, identidades com base em um “processo civilizatório”, excluindo outros aportes étnicos e populacionais, sobretudo afro-brasileiros e indígenas, que até hoje conformam as periferias urbanas na região do Vale do Itajaí em uma forma geral.

Nossa região, de características majoritariamente agrícolas, ainda replica quase que o mesmo discurso promovido no princípio da colonização, onde o imigrante europeu, de maioria teutônica, aparece como o grande herói, portador do gesto civilizador,

domador da natureza e dos seres que nela vivem, gerando desta forma, uma narrativa totalizante e um tanto rasa acerca da cultura e história do espaço em questão.

Com um breve ponderamento, podemos perceber que nossa região se fez e, ainda se faz, a partir de uma diversidade étnica. Indígena, Cabocla, descendente da imigração europeia, sobretudo, “germânica” e “italiana”... mas por qual motivo somente um tipo de cultura é revivida? Por qual motivo outras culturas são marginalizadas? Fazer cultura e especialmente, gerir políticas públicas, exigem problematizar nossas relações com o meio e o objetivo central deste Plano é justamente a provocação a estes paradoxos que restringem uma região tão rica culturalmente a um mero “mais do mesmo”. Diversidade, respeito e apoio mútuo se fazem necessários para o crescimento deste campo em nosso viés regional.

Ainda, para aumentarmos nossa reflexão, podemos mencionar a atual onda de migração/imigração, algo bastante presente em nossa região. Assim como no passado, muitas pessoas – e de diversos países (Argentina, Venezuela, Haiti, Costa do Marfim, Senegal, entre outros) – chegam com o objetivo de encontrar melhores condições de vida no Alto Vale do Itajaí, ampliando ainda mais a diversidade, essa característica tão preponderante e que merece ser melhor observada.

Obviamente, como fora dito no primeiro parágrafo, é impossível descrever aqui uma grande historiografia, o que nos coube foi o início de um processo de reflexão e revisão da construção histórica laudatória, que beneficia uns em detrimento de outros.

Como forma de ampliação dos assuntos aqui abordados, deixamos como indicação o artigo “Imigração e etnicidade no Vale do Itajaí/SC”¹, escrito com maestria pela falecida professora Giralda Seyferth², que tinha como especialidade de estudo justamente o processo migratório e cultural no Vale do Itajaí, se fazendo uma das grandes referências neste campo de estudo. Bem como o artigo “Migração haitiana na região do Vale do Itajaí: uma análise a partir da teoria do reconhecimento”³, para um melhor entendimento acerca do atual processo migratório/imigratório.

¹ Para mais, texto na íntegra:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/45.pdf>>

² Sobre a professora Giralda Seyferth: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Giralda_Seyferth>

³ Para mais, texto na íntegra: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/7377/3976>>

I. Diagnóstico Cultural:

A região do Alto Vale do Itajaí, com seus 28 municípios, possui uma culturalidade diversa e extremamente rica, mas que, como vimos acima, não é explorada em sua totalidade, fazendo com que haja uma fórmula cultural já um tanto desgastada e que necessita ser revigorada a partir de outras nuances. Com tal potencialidade, faltam ainda, projetos que evidenciem essa diversidade e riqueza cultural, fazendo com que a região ofereça e demonstre todo seu conjunto cultural, diferenciando-se e obtendo destaque positivo naquilo que toca a produção de cultura relativa a macrorregião do Alto Vale, bem como, no Estado de Santa Catarina.

Outro fator importante é a falta de políticas culturais efetivas por parte dos municípios, onde estes, vivem à mercê de políticas Federais e Estaduais de desenvolvimento da cultura, não obtendo desta forma, uma certa autonomia para o incremento de seus projetos. Parte disso, se resolveria com a implementação do chamado CPF da cultura, onde a criação de Conselhos, Planos e Fundos de Cultura, trariam base para as reivindicações e melhorias do setor.

Um pouco da não formatação destes itens advém da falta e descontinuidade de trabalho técnico/especializado nas gestões municipais, fazendo com que não se obtenha o desempenho desejado, onde o básico, por vezes não é efetuado, tendo assim, uma má gerência da Coisa Pública, onde até mesmo incentivos/verbas já postas em caixa dos municípios não são utilizados, fazendo com que estes sejam devolvidos aos entes provedores.

Ainda referente a uma gestão deficitária, constata-se uma prática de não priorizar às Secretarias de Cultura, fazendo com que estas trabalhem em ostracismo, com carência de repasses e até mesmo de servidores. Exemplo disso recai, onde muitas destas são coadjuvantes de outras Secretarias, sobretudo, às de Educação, ocasionando assim, um serviço débil e por vezes, inexistente.

Neste sentido, um dos principais desafios da região é o de priorizar e capacitar, educando e formando as gestões municipais naquilo que se refere a

importância do setor, tanto aos assuntos conceituais de cultura em sua parte teórica e metodológica, bem como em seu viés jurídico/administrativo, buscando desta forma um gerenciamento mais eficiente e que trabalhe em consonância com um “saber fazer” cultural de acordo com as renovadas demandas.

Dentre estas renovadas demandas encontram-se dois pontos cruciais a serem trabalhados, sendo: o Turismo Cultural⁴ e a Economia Criativa⁵. Ambos, além de produzirem renda às pessoas envolvidas, melhorando, desta forma, a qualidade de vida das comunidades em questão, ajudam a construir novos pilares do conhecimento relativos aos assuntos culturais, trazendo fôlego a ambientes e comportamentos culturais já saturados.

Ainda assim, para um melhor desenvolvimento de ambas áreas citadas, deveria se investir em uma Educação Patrimonial⁶ de qualidade, no sentido de desmistificar certos aspectos, os elucidando e promovendo reflexões sobre diversos assuntos inerentes à cultura regional. O que por consequência, ajudaria no desenvolvimento das potencialidades da região, sejam elas turístico-culturais (lugares/paisagens, comunidades, patrimônios de cunho material e imaterial e demais características do cenário cultural local), como também na parte da Economia Criativa, onde a partir de um conhecimento aprofundado e consciente,

⁴ Como Turismo Cultural, entende-se o processo ou atividade que proporcione acesso ou imersão cultural em uma determinada comunidade, fazendo com que outras pessoas, não partícipes desta, obtenham experiência de conhecimento e reconhecimento cultural. Para mais, artigo de Paola Luciana Rodriguez Peciar: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt6-turismo-cultural.pdf>>

⁵ Como Economia Criativa, entende-se “o conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e as habilidades dos indivíduos ou grupos como insumos primários. Isso entra como um caminho que serve para ampliar os ganhos com uso da criatividade, conhecimento, e desenvolvimento tecnológico. A incorporação da criatividade ao produto e o aperfeiçoamento tecnológico fazem aumentar a produtividade do trabalho e o valor das mercadorias”. Para mais: <<http://extensao.uemg.br/culturaedesenvolvimento/?p=247>>

⁶ Entende-se por Educação Patrimonial: “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”. Para mais: Guia básico de Educação Patrimonial – IPHAN, p. 4, S/D.

Link: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>

poderiam se acrescentar soluções através de vieses artísticos/culturais, fazendo com que o espaço trabalhado adquirisse reconhecimento e fator identitário através dos produtos e representações criadas.

No que toca os elementos constituídos em aparelhagem cultural dos municípios, observamos que muitos, em sua grande maioria, é preocupado em oferecer atividades culturais, sobretudo, para crianças e jovens, possuindo classes de musicalização, artes visuais, teatro e dança; espaços como bibliotecas, museus e casas de memória. E que também, a partir de determinados programas e incentivos, consomem trabalhos artísticos advindos de outras localidades, especialmente, peças teatrais e musicais.

Desta forma, percebe-se a preocupação que existe em manter uma educação voltada às práticas e ao consumo de bens culturais, mesmo que estas, por vezes, objetivem somente uma reprodução/replicação e não, uma criação/recriação, o que em certa medida desfavorece o conhecimento adquirido e por sua vez o principal papel da arte e da cultura, que é o de enxergar o nosso meio e o mundo por outros prismas através dos processos criativos.

Como antes mencionado, a região do Alto Vale do Itajaí possui uma ampla e diversificada gama de aspectos culturais, mas que, no entanto, necessitam de melhor tratamento para que alcancem por completo suas potencialidades. Rever certos aspectos e avançar em determinadas demandas se faz primordial neste momento, pois um lugar tão proeminente em características culturais não deve se ater somente a uma ou duas questões, deve se ampliar, demonstrando tudo àquilo de que é capaz.

Para isso é necessário focar, sobretudo, em uma melhor estruturação dos setores de cultura, os priorizando como políticas públicas, para que estes possam trabalhar de maneira adequada, investindo em qualificação de seus agentes e espaços, o que por consequência, irá se refletir na sociedade via uma educação reflexiva, criativa e inclusiva por meio de seus produtos culturais, demonstrando oportunidades de conhecimento, análise, entendimento e oportunidades relacionadas à diversidade cultural do Alto Vale do Itajaí.

II. Princípios e Diretrizes:

Como consequência do Plano Nacional de Cultura, este documento segue seus princípios básicos. Onde cito:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, constante do Anexo, com duração de 10 (dez) anos e regido pelos seguintes princípios:

- I – liberdade de expressão, criação e fruição;*
- II – diversidade cultural;*
- III – respeito aos direitos humanos;*
- IV – direito de todos à arte e à cultura;*
- V – direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;*
- VI – direito à memória e às tradições;*
- VII – responsabilidade socioambiental;*
- VIII – valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;*
- IX – democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;*
- X – responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;*
- XI – colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;*
- XII – participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.*

Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura:

- I – reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;*
- II – proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;*

- III – valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;*
- IV – promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;*
- V – universalizar o acesso à arte e à cultura;*
- VI – estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;*
- VII – estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;*
- VIII – estimular a sustentabilidade socioambiental;*
- IX – desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;*
- X – reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;*
- XI – qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;*
- XII – profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;*
- XIII – descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;*
- XIV – consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;*
- XV – ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;*

- XVI – articular e integrar sistemas de gestão cultural.*

Neste sentido, o Plano Regional de Cultura se constitui nas seguintes diretrizes:

1º Valorização e promoção da diversidade cultural, respeitando as diferentes expressões e manifestações culturais presentes na região, sejam elas autóctones ou não;

2º Democratização do acesso à cultura, assegurando a todas as pessoas cidadãs o direito de participar e usufruir das práticas culturais;

3º Incentivo à participação e ao protagonismo da sociedade civil na formulação e implementação de políticas culturais;

4º Preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural material, imaterial e bens arqueológicos, valorizando a memória e identidades locais;

5º Fomento à formação e qualificação de artistas, agentes culturais e profissionais do setor;

6º Estímulo ao empreendedorismo cultural e à economia criativa, fortalecendo o potencial cultural como vetor de desenvolvimento socioeconômico;

7º Promoção da cultura como direito fundamental e sua integração nas políticas setoriais e transversais, como educação, turismo, urbanismo, meio ambiente, saúde entre outras;

8º Garantia de recursos e mecanismos de financiamento para a implementação das ações e projetos culturais;

9º Garantir e proteger, com base nas leis universais de Direitos Humanos, manifestações culturais e de pensamento;

10º Não pactuar com qualquer propagação de cultura de ódio, preconceitos, intolerâncias, costumes e discursos que promovam ataques às liberdades individuais e coletivas, tomando por via, mais uma vez, às leis universais que regem os Direitos Humanos.

III. Áreas de Atuação:

O Plano Regional de Cultura estabelece as seguintes áreas de atuação prioritárias:

1º Promoção e Difusão Cultural: Implementação de programas, eventos e ações que visem promover a diversidade cultural, estimular a produção artística e ampliar o acesso da população às atividades culturais;

2º Preservação do Patrimônio Cultural: Elaboração de ações para a preservação, proteção e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, incluindo a realização de inventários, restaurações, salvaguarda de manifestações culturais tradicionais, entre outros;

3º Formação e Capacitação Cultural: Desenvolvimento de programas de formação, capacitação e qualificação de artistas, gestores culturais e agentes do setor, visando fortalecer a produção cultural local e a profissionalização do setor;

4º Acesso à Cultura e Democratização: Implementação de políticas e ações para ampliar o acesso da população à cultura, especialmente de grupos historicamente excluídos, por meio de projetos itinerantes, pontos de cultura, bibliotecas, cineclubes, entre outros;

5º Economia Criativa e Desenvolvimento Local: Estímulo à economia criativa e ao empreendedorismo cultural, promovendo a geração de renda, o desenvolvimento local e a sustentabilidade das atividades culturais;

6º Gestão e Financiamento da Cultura: Implementação de mecanismos de gestão eficiente, transparência e controle social na área cultural, além do fomento e busca de recursos para o financiamento de projetos e programas culturais.

IV. Metas e Ações:

Questionário a ser repassado aos municípios, para chegarmos a um índice regional.

1 – Contribuir com o desenvolvimento, a formação e a qualificação do Setor Cultural: ofertar, no mínimo, 3 (três) cursos culturais de forma permanente via Poder Público Local.

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

2 – Salvar o patrimônio cultural (material e imaterial), o patrimônio histórico e o patrimônio natural: criar um Inventário cultural com o mínimo de 10 (dez) itens.

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

3 – Estimular o desenvolvimento cultural e sua capilaridade social, abrangendo diferentes aspectos: identificar 1 (um) equipamento cultural atuando no município para cada 1.000 (mil) habitantes, sejam esses: coletivos, associações, espaços, grupos, organizações etc. Formalizados ou não.

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

4 – Incentivar a pesquisa, criação, produção, formação, distribuição, circulação e consumo da produção e bens culturais: abertura e execução de no mínimo 1 (um) edital cultural por ano.

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

5 – Promover a instalação, manutenção, ampliação e ocupação permanente de equipamentos públicos em prol da cultura: 1 (um) espaço cultural, sob a tutela do órgão gestor da cultura, a cada 5.000 (cinco mil) habitantes.

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

6 – Estimular a participação popular em articulação com os entes gestores na qualificação das políticas culturais: Regularizar o Conselho de Cultura, com a realização de no mínimo, 1 (uma) reunião deste a cada 2 (dois) meses, sendo o Conselho estruturado de forma, no mínimo, paritária.

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

7 – Capacitar, no campo da cultura, gestores e agentes culturais: participar de, no mínimo, 1 (um) curso formativo/capacitação por ano; obter 70% de participação nos eventos organizados pelo Colegiado de Cultura (ColCultura – AMAVI).

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

8 – Eventos executáveis pela própria Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Dentre estes: Fórum Regional de Cultura, Festival “Dança, Alto Vale”, Palestras, Cursos, Formações e Capacitações.

Situação atual:

- Cumprida.
- Em desenvolvimento.
- Parcialmente cumprida.
- Em fase de implementação.
- Sem pauta.

Indicador:

Fonte de Aferição:

V. Monitoramento e Avaliação:

Monitoramento e avaliações de acordo com as informações prestadas pelos Municípios no Sistema de Cultura (SiCult - AMAVI), bem como as atualizações cadastrais no Sistema Nacional de Cultura (SNC-MinC) e Mapa da Cultura (Fundação Catarinense de Cultura – FCC). No entanto, as informações ainda poderão ser aferidas de forma individual, através de questionários ou relatórios, requeridos previamente. Também se faz necessária a avaliação deste Plano em um período bianual, iniciando-se a partir da data de sua efetivação, sempre com o intuito de complementá-lo, seguindo as normativas jurídicas e conceituais necessárias ao âmbito da cultura.

VI. Disposições Finais:

Este Plano Regional de Cultura terá vigência de 10 anos a partir da data de sua efetivação, sendo revisado e atualizado de forma bianual, conforme dito em item acima. A sua implementação será responsabilidade da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), por via de sua Assessoria de Cultura e Turismo, com a participação ativa e aprovação do Colegiado de Cultura da mesma Associação (ColCultura – AMAVI), bem como, da sociedade civil, quando pertinente.

Rio do Sul, 02 de maio de 2024

Rodrigo Pedrozo
Coordenador Geral do ColCultura-AMAVI (2024)